

DANO MORAL E ESTÉTICO DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO: POSSIBILIDADE JURÍDICA DE INDENIZAÇÃO

Diogo Gonçalves Ferreira¹
Luiz Antônio de Freitas²

RESUMO

O trabalho que segue apresenta uma análise sobre as possibilidades de indenização frente aos danos morais e estéticos decorrentes dos acidentes de trânsito. Desenvolvimento: Existem vários tipos de dano moral, de modo que um mesmo evento danoso pode dar origem a diversas indenizações, cada uma a um título, levando a proteger a vítima. o dano estético como um dano visível à imagem pessoal, sendo uma modificação na aparência permanente ou duradoura de um indivíduo, que acarrete no seu afeamento. Metodologia: O trabalho consiste de uma revisão de literatura de artigos publicados nos últimos dez anos (2001 a 2011) selecionados através de descritores nos sites de busca Google Acadêmico e Scielo. Dos encontrados foram selecionados 4 que foram lidos e analisados na íntegra. Resultados: apresentam-se dados coletados nos artigos, as seguintes informações: título, ano, revista publicada, autores, introdução, objetivos e metodologia. Discussão: é pacífico o entendimento a respeito da existência e reparabilidade de dois danos, quais sejam, dano material e dano moral. Ao passar especificamente ao campo do dano estético temos forte discussão a respeito de sua existência autônoma ao dano moral e material, e conseqüentemente a possibilidade de indenização unicamente por este tipo de dano. Conclusão: No que diz respeito à natureza das lesões passíveis de indenização, hoje não mais subsistem dúvidas quanto à plena reparabilidade de toda e qualquer espécie de dano havido, seja de natureza patrimonial ou moral.

Palavras Chave: indenização, trânsito, dano moral, dano estético, responsabilidade civil.

¹ Formado em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira em 2010. Especialista em Direito do Trabalho e processo do Trabalho 2012 PUC - Goiás diogogum@hotmail.com

² Especialista Análise e auditoria contábil pela PUC Goiás – Docência Universitária pela ASOEC, Mestrado em contabilidade em Vitória no Espírito Santo

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que segue apresenta uma análise sobre as possibilidades de indenização frente aos danos morais e estéticos decorrentes dos acidentes de trânsito visto que hipoteticamente a indenização pelos danos materiais pode até alcançar a recomposição do prejuízo e a equivalência matemática norteia os critérios de cálculo.

O tema se justifica quando sabe-se que a indenização é necessária face à dor da exclusão, a tristeza da inatividade precoce, a solidão do abandono na intimidade do lar, o vexame da mutilação exposta, a dificuldade para os cuidados pessoais básicos, o constrangimento da dependência permanente de outra pessoa, a sensação de inutilidade, o conflito permanente de um cérebro que ordena a um corpo que não consegue responder, a orfandade ou a viuvez inesperada, o vazio da inércia imposta, tudo isso e muito mais não tem reparação ou recomposição. A dor moral deixa na alma feridas abertas e latentes que só o tempo, com vagar, cuida de cicatrizar, mesmo assim, sem apagar o registro.

Como metodologia escolheu-se adotar a pesquisa bibliográfica exploratória e documental. Essa pesquisa traz como característica fazer anotações e fichamentos partindo de leituras sistêmicas de artigos e textos encontrados relacionados à temática. Através do uso de descritores são selecionados artigos afins que por inclusão e exclusão de critérios, são peneirados até que sobrem somente alguns com caráter mais específicos, gerando resultados, discussão e conclusão.

2. DESENVOLVIMENTO

O dano em si é conceituado como uma lesão ao patrimônio ou ofensa de um bem juridicamente protegido, resultante de um ato ilícito. De acordo com o conceito de Cahali (2000), tem-se que dano, seja contratual ou aquiliano, desde que resulte de ato ilícito, para poder ser reparado, há que corresponder a uma efetiva diminuição do patrimônio ou na ofensa de um bem juridicamente protegido, por culpa ou dolo do agente. Verifica-se que o dano é sempre consequência de uma lesão a um direito, qualquer que seja sua origem patrimonial que fora danificada ou a pessoa que foi lesada.

Existem vários tipos de dano moral, de modo que um mesmo evento danoso pode dar origem a diversas indenizações, cada uma a um título, levando a proteger a vítima, com o intuito de servir de exemplo ao meio social, para que casos como esses não aconteçam com frequência, a exemplo do acidente de trânsito com morte por imprudência ao volante.

A necessidade de conceituação de dano moral está ligada diretamente a decidibilidade do caso concreto, restando portanto, a sua importância.

Em verdade, a aceitação da doutrina que defende a indenização por dano moral repousa numa interpretação sistemática de nosso direito, abrangendo o próprio artigo 159 do Código Civil que, ao aludir à “violação de um direito” não está limitado à reparação ao caso de dano material apenas.

Para Savatier (1989), dano moral é qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária, e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranquilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas afeições, etc.

Para o Professor Yussef Said Cahali (1998, p.395), dano moral é:

a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.)

Segundo Pereira (1989, p. 41), Dano Moral é:

a dor, o espanto, a emoção, a vergonha, a aflição física ou moral, em geral uma dolorosa sensação provada pela pessoa, atribuindo à palavra dor o mais largo significado.

Em adequadas lições, ensina o grande jurista luso, Professor Inocêncio Galvão Telles que:

"Dano moral se trata de prejuízos que não atingem em si o patrimônio, não o fazendo diminuir nem frustrando o seu acréscimo. O patrimônio não é afectado: nem passa a valer menos nem deixa de valer mais". "Há a ofensa de bens de carácter imaterial - desprovidos de conteúdo económico, insusceptíveis verdadeiramente de avaliação em dinheiro. São bens como a integridade física, a saúde, a correção estética, a liberdade, a reputação. A ofensa objectiva desses bens tem, em regra, um reflexo subjectivo na vítima, traduzido na dor ou sofrimento, de natureza física ou de natureza moral". "Violam-se direitos ou interesses materiais, como se se pratica uma lesão corporal ou um atentado à honra: em primeira linha causam-se danos não patrimoniais, v.g., os ferimentos ou a diminuição da reputação, mas em segunda linha podem também causar-se danos patrimoniais, v.g., as despesas de tratamento ou a perda de emprego". (TELLES, 2005, p.375)

Segundo Maria Helena Diniz (1998, p. 29), "dano moral vem a ser a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo".

Dessa forma, verifica-se que o conceito de dano moral é indefinido como se viu pelas diferenças apontadas em cada um dos conceitos anteriormente esposados.

Por outro lado, também se constata que salvo as diferenças conceituais apresentadas, o espectro conceitual reside no sentimento interior do indivíduo para com ele mesmo e para com a sociedade. Assim sendo, toda lesão não patrimonial que venha a sofrer o indivíduo que cause repercussão no seu interior, é em tese passível de reparação.

Pode-se conceituar o dano estético como um dano visível à imagem pessoal, sendo uma modificação na aparência permanente ou duradoura de um indivíduo, que acarrete no seu afeamento. Ao se aferir o prejuízo estético, deve-se levar em consideração a modificação sofrida pelo indivíduo em

relação ao seu estado atual e ao que era antes do acidente, devendo ser analisados os constrangimentos pelos quais passou a sofrer em decorrência da deformidade que, após a lesão, carrega consigo.

Em relação ao dano moral como uma espécie de dano estético, há de ser fixado a partir do sentimento da pessoa que foi lesionada. O abalo psicológico de uma pessoa que teve sua imagem deformada deve ser de uma intensidade tamanha que lhe cause vexame e repugna. Certo é que o dano moral pressupõe dor física e moral e se configura sempre que alguém aflige outra pessoa injustamente, sem com isto causar prejuízo patrimonial. É de se notar que o dano estético, que se inscreve na categoria do dano moral, pode gerar indenização a título de dano moral e a título de dano material por trazer aspectos de um e de outro.

Os acidentes de trânsito determinam muitas perdas em termos de recursos, de vidas humanas, e de bem estar. Os custos decorrentes dos acidentes podem ser caracterizados segundo o tipo de envolvimento dos agentes e a gravidade da contusão.

A definição do custo da perda de uma vida ainda é incipiente no Brasil. Destaca-se o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003). No entanto, a Carta Constitucional do Brasil estabeleceu o direito à indenização pelo dano moral cumulativamente ao dano material sofrido. As razões para a indenização do dano moral são muitas, dentre elas estão as referentes ao sofrimento, a dor e a tristeza imposta à família, pela perda de um de seus entes. Tais reparações estão contidas no regramento do Direito Civil. Portanto, a perda de qualidade de vida que é chamada no Brasil de “dano moral”, tem seu valor estabelecido nos Tribunais de Justiça em indenizações provenientes de ações ajuizadas por parentes próximos (pais, filhos, esposa ou companheira).

No Brasil, a perda de qualidade de vida pode ser entendida pelo dano moral. O Direito Civil Brasileiro procura restabelecer o equilíbrio moral e patrimonial violado pelo dano devido à ilicitude da ação do autor da lesão ou do risco de acordo como que prescreve a Carta Constitucional de 05 de outubro de 1988 nos seus incisos V e X do art. 5º. A responsabilidade civil estabelece a reparação do dano moral ou patrimonial causado, garantindo o

direito ao lesado da plena recuperação do prejuízo. No entanto, o ressarcimento pleno à situação anterior ao dano ocorrido torna-se impossível no caso da morte. Neste caso, a reparação do dano moral é pecuniária, com o intuito de neutralizar os sentimentos negativos de mágoa, dor, tristeza, e angústia, através da possibilidade do lesado ter algum prazer que possa atenuar seu sofrimento.

Os impactos econômicos dos acidentes de trânsito podem ser de três categorias. A primeira corresponde a dos custos diretos referentes aos danos materiais envolvendo o veículo, a via e sua administração, e o atendimento às vítimas. A segunda engloba os custos de produção vinculados à perda do trabalho e as perdas de tempo dos demais usuários da via causado pelo acidente. Na terceira categoria, encontram-se os custos psicológicos e sociais, que refletem a aversão da maioria dos indivíduos, aos riscos de segurança próprio e dos outros.

Nesta última, encontram-se os custos referentes à perda de uma vida e os custos referentes ao sofrimento, a dor, a tristeza e os danos psicológicos (BARNETT et al,1999).

No presente artigo analisaremos as prerrogativas acima mencionadas se afirmando ou em discussão afim de chegar a uma conclusão sobre o tipo e como se dá a indenização sobre danos morais e estéticos quando em acidentes de trânsito.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho consiste de uma revisão de literatura de artigos publicados nos últimos dez anos (2001 a 2011), ademais alguns dados relevantes anteriores a esse período também foram incluídos.

Usando os descritores foram encontrados 22 artigos. A consulta desses em inglês e português foram realizada nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Os descritores utilizados para obter informações sobre o tema foram, "dano", "moral" e "estético", "trânsito", "acidentes" "indenização". Além dessas palavras chaves foi realizado uma busca específica para as seguintes expressões "dano moral", "dano estético", "dano decorrentes de acidente de trânsito", "possibilidade jurídica de indenização em acidentes de trânsito" e o próprio tema "dano moral e estético decorrentes de acidente de trânsito: possibilidade jurídica de indenização".

Após realizada a busca efetuou-se a leitura dos títulos e resumos aplicando critérios de inclusão e exclusão. Restringindo a apenas 4 artigos, esses foram lidos na íntegra, analisados e deles coletados as seguintes informações: título, ano, revista publicada, autores, introdução, objetivos e metodologia, conforme tabela abaixo no item Resultados e na Discussão apresentam-se as conclusões sobre os artigos pesquisados

4. RESULTADOS

TÍTULO	Alguns aspectos polêmicos da responsabilidade civil objetiva no novo Código Civil
ANO DE PUBLICAÇÃO	2004
REVISTA PUBLICADA	BuscaLegis. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/8056-8055-1-PB.pdf . Acesso em: 05/2012.
AUTORES	Marcelo Silva Britto
INTRODUÇÃO	A antiga tendência, hoje já consagrada, de não se permitir que a vítima de atos ilícitos deixe de ser ressarcida dos prejuízos que lhes são causados, evoluiu, sobremaneira, com o advento do atual Código Civil brasileiro. O atual Código Civil brasileiro, diversamente, dedicou maior número de dispositivos à matéria. Na Parte Geral, nos arts. 186, 187 e 188, estabeleceu a regra geral da responsabilidade aquiliana e algumas excludentes. A Parte Especial, no art. 389, tratou da responsabilidade contratual, dedicando-lhe, ainda, dois capítulos, um à "obrigação de indenizar" e outro à "indenização", sob o título "Da Responsabilidade Civil".
OBJETIVOS	Para bem entender o tema em estudo, tecer algumas breves considerações sobre as noções gerais da responsabilidade civil.
MATERIAIS E MÉTODOS	Análise bibliográfica e jurisprudencial.

TÍTULO	A tipificação do dano estético na jurisprudência brasileira
ANO DE PUBLICAÇÃO	2010
REVISTA PUBLICADA	UNITOLEDO. Disponível em: http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/view/2700/2479 . Acesso em: 05/2012.
AUTORES	Márcio Ricardo Da Silva Zago
INTRODUÇÃO	A princípio será visto o dano inserido no direito, para concluir que o dano pode gerar um direito, ou seja, sua reparação, e que em grande parte dos casos o direito existe em decorrência do dano causado. Ao analisar o dano moral será apresentada sua origem, conceitos, a afetação

	intrínseca que causa na vítima, principalmente a demonstração de que mesmo sendo um prejuízo ao sentimento, ao interior do lesionado, é passível de reparação. Por tal motivo ganhou força ao longo dos anos e dispositivos legais que o garantem juridicamente. A apresentação do dano estético, que embora seja conhecido há muito, traz a discussão doutrinária e jurisprudencial sobre sua indenização autônoma ao dano moral e material, e, portanto, a possibilidade de cumulação entre o dano moral e dano estético, para tanto se verá as justificativas dos doutrinadores que defendem a cumulação e dos que a repudiam totalmente.
OBJETIVOS	Com o intuito de demonstrar que o presente assunto ainda possui grande divergência jurídica, o trabalho trará a jurisprudência em ambos os sentidos, julgados por regiões que concordam com o acúmulo de indenizações e os que não permitem tal possibilidade.
MATERIAIS E MÉTODOS	Análise bibliográfica e jurisprudencial.

TÍTULO	Responsabilidade civil em acidentes de trânsito automobilístico – aspectos relevantes da legislação, doutrina e da jurisprudência
ANO DE PUBLICAÇÃO	2008
REVISTA PUBLICADA	Semina. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5478/5006 . Acesso em: 05/2012.
AUTORES	Aline Passos de Azevedo
INTRODUÇÃO	A responsabilidade civil no campo dos acidentes automobilísticos teve sua importância ampliada, tendo em vista o crescimento dos setores da indústria automotiva, associada à demanda urgente por meios de transporte cada vez mais seguros, eficientes e de baixo custo. Como a utilidade dos automóveis ultrapassou a necessidade de locomoção, sua perda ou deterioração gera prejuízo econômico representativo no patrimônio do proprietário, já que estes bens duráveis hoje se revestem de um caráter comercial patente, por vezes sentimental e, muitas vezes, são símbolo de status. Além da representatividade material do bem, outros valores estão em jogo, tais como a vida, a integridade moral, corporal, estética do

	acidentado, também a produtividade e capacidade laboral da pessoa, que implica a sustentabilidade familiar.
OBJETIVOS	Abordagem sobre os aspectos relevantes e atuais sobre a responsabilidade civil em acidentes de trânsito com veículo automotor. Análise das teorias da culpa e sua aplicação pragmática. Estudo dos parâmetros de indenização, levando-se em conta os eventos externos para sua concorrência e eventual participação da vítima, com seus reflexos no quantum. Indicação sobre as causas de exclusão da responsabilidade de indenizar.
MATERIAIS E MÉTODOS	Análise bibliográfica e jurisprudencial.

TÍTULO	Da responsabilidade civil no Novo Código
ANO DE PUBLICAÇÃO	2010
REVISTA PUBLICADA	Rev. TST, Brasília, vol. 76, nº 1, jan/mar 2010. Disponível em: http://svlxv007.tst.jus.br/Ssedoc/PaginadaBiblioteca/revistadotst/Rev_76/Rev_76_1/eugeniofacchineto.pdf . Acesso em: 05/2012.
AUTORES	Eugênio Facchini Neto
INTRODUÇÃO	Define-se a responsabilidade civil como sendo a obrigação que incumbe a uma pessoa de reparar o dano causado a outrem por ato seu, ou pelo ato de pessoas ou fato de coisas que dela dependam. Na verdade, o dano ocorrido não se cancela mais da sociedade: o ressarcimento não o anula. Trata-se simplesmente de transferi-lo de quem o sofreu diretamente para quem o deverá ressarcir. O foco atual da responsabilidade civil, pelo que se percebe da sua evolução histórica e tendências doutrinárias, tem sido no sentido de estar centrada cada vez mais no imperativo de reparar um dano do que na censura do seu responsável. Cabe ao Direito Penal preocupar-se com o agente, disciplinando os casos em que deva ser criminalmente responsabilizado. Ao Direito Civil, contrariamente, compete inquietar-se com a vítima
OBJETIVOS	O objetivo deste trabalho é abordar as inovações mais significativas em tema de responsabilidade civil, não sendo o momento de aprofundar a análise de certos temas que, conquanto importantes, não sofreram

	significativa alteração legislativa. Da mesma forma, não nos deteremos sobre inovações meramente formais, em que o legislador apenas trouxe para o Código Civil aspectos já cristalizados na jurisprudência ou já constantes de outras fontes – como é o caso do dano moral, de diuturna aplicação nos pretórios e previsto inclusive no texto constitucional.
MATERIAIS E MÉTODOS	Análise bibliográfica e jurisprudencial.

5. DISCUSSÃO

Quanto as primeiras considerações temos claro que a responsabilidade civil tem, pois, essencialmente, a função reparadora ou indenizatória, embora possa vir a assumir, acessoriamente, caráter punitivo. Essa indenização, no que diz respeito ao conteúdo da reparação obrigacional, pode ser:

a) específica ou in natura, que consiste em fazer com que as coisas voltem ao estado em que se encontravam antes de ocorrido o evento danoso; e

b) por equivalência, que se traduz pelo pagamento por equivalente em dinheiro. Nesta, o juiz deve estabelecer o conteúdo do dano, considerando o dano emergente, o lucro cessante e, às vezes, o dano moral.

Duas situações são verificadas: na primeira, a responsabilidade civil poderá ser reconhecida, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei; e na segunda, por sua vez, a responsabilidade civil poderá ser reconhecida, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Nessa esteira de raciocínio, exclui-se, de logo, a possibilidade de se responsabilizar civilmente, sem a comprovação de culpa, aquele motorista que se envolveu em acidente de trânsito, com danos, quando utilizava o veículo apenas para sua locomoção, sem fins lucrativos. Dir-se-ia, então, ao contrário senso, que todo ato danoso praticado no exercício de atividade profissional, com fins lucrativos - portanto, seria indenizável.

Do segundo texto analisado pôde-se abstrair que atualmente é pacífico o entendimento a respeito da existência e reparabilidade de dois danos, quais sejam, dano material e dano moral. Ao passar especificamente ao campo do dano estético temos forte discussão a respeito de sua existência autônoma ao dano moral e material, e conseqüentemente a possibilidade de indenização unicamente por este tipo de dano.

A corrente que defende a existência do dano estético autônomo ao dano material e moral visa a possibilidade de sua indenização por ser possível sua identificação do dano estético em separado, embora decorrente do mesmo

fato, e seguindo tal raciocínio, seria possível a cumulação do dano estético com o dano moral, por se tratar de duas indenizações. Já os que se posicionam contra a indenização do dano estético entendem que este tipo de dano existe, porém é uma espécie do dano material ou moral, da lesão que causou o dano estético pode advir o dano material ou moral, o 1º é o prejuízo de ordem patrimonial e o 2º é o sentimento negativo que pode causar do íntimo do lesionado. Portanto, o dano estético nada mais é que a alteração no físico da pessoa, porém não é indenizável, se o indivíduo lesionado não sentir vergonha, humilhação, dor ou qualquer outro sentimento negativo, não se indenizará o dano moral, e ainda, se não advir nenhum prejuízo patrimonial decorrente do dano, não se indenizará o dano material.

Já no terceiro material lido observou-se que a diversidade dos casos oriundos de acidentes com automóveis premiu da doutrina e jurisprudência uma variedade de soluções legais para as relações jurídicas criadas entre vítima, condutor, responsável legal, incapaz, semoventes, segurado, seguradora, beneficiário, Estado e terceiros interessados. É certo que um acidente de trânsito desencadeia uma série de fatos jurídicos que formam uma teia de conseqüências legais que pode interligar, em um único caso, todas estas pessoas num só processo. A dificuldade mais evidente, então, fica por conta da produção da prova da culpa e da extensão do dano. A norma processual, portanto, distribui às partes o ônus ou incumbência de produzir determinada prova, sob pena de se estabelecer à presunção legal da culpa ou dano.

A indenização pelos prejuízos causados é medida pelo juiz na sentença, tendo por critério o que foi produzido na instrução processual, podendo ser determinada na forma de prestação pecuniária, pensão, obrigação de fazer ou outra convencionada pelas partes, contanto que não encontre vedação legal. Portanto, em matéria de responsabilidade civil em acidentes de trânsito, o Direito atende às peculiaridades do caso concreto, pois, com base na legislação, interpretada pela doutrina e jurisprudência, é efetivo em dirimir os conflitos ocasionados pelos sinistros, de forma a conceder aos jurisdicionados a devida prestação jurídica.

Para o quarto e ultimo artigo a analise conclui-se quando entende-se que também no sistema pátrio vem se entendendo, embora sem muita clareza e sem tanta coesão, que a responsabilidade civil em matéria de acidentes de trânsito é de natureza objetiva (idéia de risco-criado), no sentido de que os riscos derivados da circulação de veículos devem ser suportados pelos proprietários dos mesmos, desde que presente relação de causalidade adequada. Isto significa que, ocorrido um dano derivado de acidente de circulação, deve o proprietário do veículo responder pelo mesmo, independentemente de culpa, salvo se demonstrar a inexistência ou a ruptura de nexo causal, ou seja, a ocorrência de força maior (o chamado fortuito interno, como problemas mecânicos do veículo, não afasta a responsabilidade civil), culpa exclusiva da vítima (a culpa concorrente apenas implica a repartição de danos) e fato de terceiro.)

Acolheu-se, igualmente, a lição doutrinária e jurisprudencial no sentido de que, em se tratando de danos materiais, “a indenização mede-se pela extensão do dano”, sem indagação do elemento subjetivo (intensidade do dolo ou da culpa). Todavia, importante inovação material foi introduzida ao se relativizar tal critério objetivo, permitindo-se que o juiz reduza, equitativamente, o montante da indenização, “se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano”.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir do texto supramencionado que dano moral vem a ser a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada pelo fato lesivo, assim sendo, toda lesão não patrimonial que venha a sofrer o indivíduo que cause repercussão no seu interior, é em tese passível de reparação. Dai porque alguns autores dizem que se revela mais adequado classificar os danos em patrimoniais e pessoais.

Quanto ao dano estético viu-se que este é passível de indenização quando comprovada a sua ocorrência. É o dano verificado na aparência da pessoa, manifestado em qualquer alteração que diminua a beleza que esta possuía. Pode ser em virtude de alguma deformidade, cicatriz, perda de membros ou outra causa qualquer.

No que diz respeito à natureza das lesões passíveis de indenização, hoje não mais subsistem dúvidas quanto à plena reparabilidade de toda e qualquer espécie de dano havido, seja de natureza patrimonial ou moral, sobretudo porque a cada dia adquire-se maior consciência de que se incrementa a vulnerabilidade do ser humano ante as incessantes transformações da civilização de massa, transformações estas de efeitos ainda pouco assimilados.

A respeito da caracterização do dano, parece claro que a segunda corrente mencionada encontra-se bem mais próxima do acerto, pois com efeito, em se tratando de direitos oriundos da personalidade humana, impera a hominis, restando apenas a necessidade da prova do fato, sendo que a dor apenas deve guardar nexos com a causa, o que por sinal já vem sendo reconhecido pelos Tribunais Superiores.

Sobre a questão do quantum indenizatório parece-nos prudente considerar os parâmetros segundo o qual a soma não deve ser tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva.

Os excessos e as mitigâncias só levam à desmoralização do instituto, restando necessário que se considere os princípios da equidade, da razoabilidade, e principalmente o bom senso do julgador.

Na falta de parâmetros objetivos para fixar o quantum, devem os Tribunais, em atenção as suas finalidades, arbitrá-lo dentro dos princípios mencionados, sempre considerando o gravame em relação ao todo, respeitando elementos como: a gravidade do dano; a extensão do dano; a reincidência do ofensor; a posição profissional e social do ofendido; a condição financeira do ofensor; a condição financeira do ofendido. Sua fixação não pode, assim, ultrapassar os limites do bom senso, fazendo-se a necessária justiça através da aplicação da já mencionada teoria do desestímulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNET, J; CLOUGH, P.; MCWHA. ***The full social cost of road accidents.*** Paper present to the Road Safety Research, Policing and Education Conference. Australia: Canberra, 1999.

BUSCALEGIS. Disponível em:
<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/8056-8055-1-PB.pdf>.
 Acesso em: 05/2012.

CAHALI, Yussef Said. Dano Moral. SP: Editora Revista dos Tribunais. 1998.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil, Editora Saraiva, SP, 1998.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas (BRA/97/013). Relatório da aplicação de metodologia de quantificação do valor de redução do risco para aglomerações urbanas de São Paulo, Belém, Recife e Porto Alegre no ano de 2001. Relatórios de consultoria (1.2 e 1.3). Brasília: Abril, 2003.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989.

REV. TST, Brasília, vol. 76, nº 1, jan/mar 2010. Disponível em:
http://svlxv007.tst.jus.br/Ssedoc/PaginadaBiblioteca/revistadotst/Rev_76/Rev_76_1/eugeniofachinineto.pdf. Acesso em: 05/2012.

SAVATIER. Traité de La Responsabilité Civile, vol.II, nº 525, in Caio Mario da Silva Pereira, Responsabilidade Civil, Editora Forense, RJ, 1989.

SEMINA. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5478/5006>.
 Acesso em: 05/2012.

TELLES, Inocêncio Galvão. Direito das Obrigações. SP:Coimbra Editora, 2005, p. 375

UNITOLEDO. Disponível em:
<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/view/2700/2479>.
 Acesso em: 05/2012.